



Simulado Final

MPU

Analista do MPU
Comunicação Social
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MPU (Analista do MPU - Comunicação Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do MPU - Comunicação Social do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1Ajz7Ro4Accr6E19>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 17 - ABCDE | 33 - ABCDE | 49 - ABCDE | 65 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 18 - ABCDE | 34 - ABCDE | 50 - ABCDE | 66 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 19 - ABCDE | 35 - ABCDE | 51 - ABCDE | 67 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 20 - ABCDE | 36 - ABCDE | 52 - ABCDE | 68 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 21 - ABCDE | 37 - ABCDE | 53 - ABCDE | 69 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 22 - ABCDE | 38 - ABCDE | 54 - ABCDE | 70 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 23 - ABCDE | 39 - ABCDE | 55 - ABCDE | 71 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 24 - ABCDE | 40 - ABCDE | 56 - ABCDE | 72 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 25 - ABCDE | 41 - ABCDE | 57 - ABCDE | 73 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 26 - ABCDE | 42 - ABCDE | 58 - ABCDE | 74 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 27 - ABCDE | 43 - ABCDE | 59 - ABCDE | 75 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 28 - ABCDE | 44 - ABCDE | 60 - ABCDE | 76 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 29 - ABCDE | 45 - ABCDE | 61 - ABCDE | 77 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 30 - ABCDE | 46 - ABCDE | 62 - ABCDE | 78 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 31 - ABCDE | 47 - ABCDE | 63 - ABCDE | 79 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 32 - ABCDE | 48 - ABCDE | 64 - ABCDE | 80 - ABCDE |

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado mostra uma opinião do autor do texto.
 - a) Meu restaurante deve comprar somente carne fresca.
 - b) O livro elege os cem melhores poemas brasileiros do século XX.
 - c) As borboletas mostravam um voo desengonçado.
 - d) As autoridades falaram sobre o novo perigo nuclear.
 - e) Assaltos frequentes assustam os moradores da região.
2. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo.
 - a) Você pode dizer-me as horas?
 - b) Eu tenho a tua palavra de honra?
 - c) Ela me faz tão feliz!
 - d) O professor entra na sala e inicia a aula.
 - e) É importante praticar a escrita.
3. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão). Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.
 - a) Encontrei o professor numa festa, mas nunca mais o vi.
 - b) O homem é aquilo que ele come.
 - c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança.
 - d) Trabalhar sempre: esse é o segredo do sucesso.
 - e) Cheguei à conclusão de que isto é o mais importante: não perder o emprego.

Nossas atividades nas redes sociais podem oferecer um retrato bastante fiel – e muitas vezes não intencional – de nosso bem-estar mental. Portanto, não é de se espantar que profissionais cujo trabalho é zelar por nossa saúde emocional agora estejam explorando como usar esses canais para medir a quantas andam as emoções das pessoas.

Um estudo realizado pela Universidade Brunel, do Reino Unido, com 555 usuários do Facebook, mostrou que os mais extrovertidos tendem a postar mais sobre atividades sociais e sobre seu dia a dia, e o fazem com frequência. Já indivíduos com baixa autoestima acabam fazendo mais postagens sobre seus cônjuges ou parceiros. Por outro lado, pessoas com traços de neurose podem usar a rede social para validação e para chamar a atenção, enquanto aquelas mais narcisistas costumam exibir suas conquistas ou discorrer sobre suas dietas e rotinas de atividade física.

(Adaptado de: NOGRADY, Bianca. BBC Brasil. www.bbc.com/portuguese/vert-fut-37816962)

4. Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmação correta.
 - a) O primeiro parágrafo apresenta o tema, enquanto o segundo indica as causas de as atividades nas redes sociais serem um retrato fiel dos usuários.
 - b) Sendo um texto de caráter descritivo, cada um dos parágrafos explora características distintas do tema.
 - c) O texto utiliza o método indutivo de raciocínio.
 - d) O tema discutido no texto é o aumento da incidência de transtornos mentais na era das redes sociais.
 - e) O segundo parágrafo tem a finalidade de trazer exemplos para o que se diz no primeiro parágrafo.
5. Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.
 - a) Segredo, só guarda quem não sabe.
 - b) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
 - c) Como eu disse antes, eu nunca me repito.
 - d) Avise-me se você não receber esta carta.
 - e) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.

6. Assinale a frase em que a comparação não aparece explicada.

- a) A saúde é como a porcelana: se não tomar cuidado, quebra.
- b) Os homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.
- c) Os hospitais, assim como os hotéis, só recebem gente em trânsito.
- d) Beneficiar vilões é como jogar água ao mar.
- e) A riqueza assemelha-se à água do mar: quanto mais alguém bebe dela, mais sede tem.

João ganhava apenas o necessário para endividar-se.

7. Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da oração reduzida em destaque para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- a) para que se endividasse.
- b) para o endividamento.
- c) para que se endivide.
- d) para que se endividava.
- e) para que se endividara.

8. Assinale a opção que apresenta o termo que não faz parte do campo semântico da computação.

- a) computador
- b) processador
- c) aplicativo
- d) vírus
- e) vacina

9. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase está correta.

- a) As crianças dedicavam-se as tarefas escolares.
- b) Foi acordada às cinco da manhã com fogos de artifício.
- c) Ao receber o presente, começou à chorar de emoção.

d) Joana e seus filhos visitaram à fazenda do tio no feriado.

e) Ele se referiu à uma heroína do cinema.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O pássaro cantava lindamente naquela manhã.
- b) A professora advertiu seus alunos sobre seu péssimo comportamento.
- c) Parece claro que a economia mundial crescerá menos neste ano.
- d) Nossa má educação cria um abismo entre as pessoas.
- e) A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

11. Assinale a opção que apresenta o texto publicitário ou propagandístico que apela para a intimidação do leitor.

- a) Seja você a mudança de que o mundo precisa. Junte-se ao nosso projeto e faça a diferença!
- b) Use nosso creme antienvelhecimento e mantenha sua pele jovem por mais tempo. Você merece se sentir bem!
- c) Sem um antivírus atualizado, seus dados estão em risco. Proteja-se agora antes que seja tarde demais.
- d) Compre nosso curso e receba grátis uma aula bônus.
- e) Vista nossa nova coleção para mulheres poderosas!

12. Assinale a frase que exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Se beber, não dirija!
- b) A tristeza tomou conta do ambiente.
- c) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.
- d) O céu estava nublado e a chuva começou a cair lentamente.
- e) Que dia lindo está fazendo hoje!

13. Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

- a) Entrou no salão cantando o hino nacional.
- b) Caiu um raio na floresta, incendiando muitas árvores.
- c) Escrevia em seu caderno ouvindo música.
- d) Chegou à festa sorrindo.
- e) Saiu do casamento chorando de emoção.

14. Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- a) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa
- b) Não sei o que fazer diante desse problema.
- c) O cargo de oficial de justiça é importante
- d) Conheço uma professora de Literatura inglesa.
- e) A História esclarece somente fatos passados.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito. Se, como ensinava Bakhtin, o dialogismo preside a construção de todo discurso, então um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história.

FIORIN, José Luiz. Disponível em :
<www.editoracontexto.com.br/blog/argumentacao-jose-luiz-fiorin/>.
Acesso em: 13 dez. 2018 (adaptado).

15. Um dos argumentos empregados nesse pequeno texto pode ser caracterizado como

- a) raciocínio por analogia.
- b) apelo a exemplos históricos.
- c) testemunho de autoridade.
- d) relação de concessão.
- e) apelo a experiências pessoais do autor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Mário Bros é Diretor da Empresa SF123 e dedica grande parte de seu tempo para identificar novas ideias e oportunidades com vistas ao crescimento da organização. Pode-se dizer que Mário Bros desempenha, em grande parte de seu tempo, um papel

- a) decisório, de empreendedor.
- b) decisório, de alocador de recursos.
- c) informacional, de solucionador de conflitos.
- d) interpessoal, de empreendedor.
- e) interpessoal, de liderança.

17. “Promover a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para fortalecer a justiça, os valores democráticos e os direitos da sociedade, por meio de uma educação diversa, inclusiva e conectada com as necessidades atuais, a partir da inovação, do encontro e da troca de saberes.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico constante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, representa

- a) a missão da ESMPU
- b) o plano da ESMPU
- c) a visão da ESMPU
- d) os valores da ESMPU
- e) a ética da ESMPU

18. João das Neves exerce influência sobre seus subordinados em decorrência de sua posição hierárquica superior, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização. Nesse caso, João das Neves exerce o tipo de poder:

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

19. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes e estão diretamente relacionados com a “experiência de consumo” do cliente são chamados de

- a) processos primários
- b) processos secundários
- c) processos de suporte
- d) processos de apoio
- e) processos gerenciais

20. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que possui 04 etapas, e seu foco está na melhoria contínua. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. O Município ABC, por meio do órgão municipal de meio ambiente, lavra auto de infração face à indústria de alumínio Metal S/A por emissão de efluentes sem tratamento no corpo hídrico de domínio estadual, fato que tornou necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade em razão da baixa qualidade da água após tal emissão. Sequencialmente, o Estado XYZ, responsável pelo licenciamento ambiental do aludido empreendimento e onde se localiza o município, por meio do órgão estadual de meio ambiente, ao receber denúncia do fato, também lavrou auto de infração pelo mesmo motivo que o Município ABC.

Considerando a situação e com base na legislação ambiental aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude de interesse público ambiental, podem coexistir ambos autos de infração, de modo que a indústria Metal S/A responderá nas esferas municipal e estadual.
- b) Prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual, por ser aquele que detém a atribuição de licenciamento ambiental.
- c) O Município não poderia ter lavrado auto de infração em caso de omissão do órgão estadual, visto que apenas o órgão licenciador possui tal atribuição.
- d) O fato analisado é atípico, razão pela qual nem o Município ABC nem o Estado XYZ poderiam ter lavrado o auto de infração.
- e) O auto de infração do órgão estadual é inócuo, porquanto não poderia ter exercido seu poder de polícia por força de denúncia.

22. Tíbio e Perônio, sócios administradores da farmacêutica Alfa Ltda., ao solicitar a licença prévia de um novo empreendimento da instituição, decidiram omitir a informação de que a localização da nova sede se daria em cima de uma área de nascente, a qual deveria ser protegida nos termos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), com vistas à célere aprovação da licença por parte do órgão ambiental.

Sobre a aludida situação, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os sócios administradores poderão ser responsabilizados por crime ambiental, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica envolvida.
- b) Havendo a responsabilidade das pessoas físicas autoras ou coautoras do fato, exclui-se a responsabilidade da pessoa jurídica, sob pena de configurar *bis in idem*.
- c) Tanto as pessoas físicas quanto jurídicas ficam sujeitas à responsabilização ambiental, sendo vedada a desconsideração destas quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) O crime citado, na sua modalidade dolosa, admite pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- e) O fato citado configura-se apenas como infração administrativa, não havendo tipificação penal prevista na lei.

23. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa.

Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.
- b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.

c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.

d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.

e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

24. O prefeito do Município Delta deseja criar, por decreto municipal, um Parque Natural Municipal, com o objetivo de promover o turismo ecológico, mas este abrangeria alguns terrenos particulares da cidade. Consultando o procurador do município sobre o fato, o prefeito recebeu a informação correta que

- a) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, exige lei específica para criação, não podendo ser criada por decreto.
- b) A unidade poderia ser criada por decreto e as áreas particulares não precisariam ser desapropriadas, desde que fosse possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- c) Parque Natural Municipal não é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), motivo pelo qual não poderia ser criada.
- d) O Parque Natural Municipal poderia ser criado por decreto, mas as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas.
- e) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, não admite atividades de turismo ecológico, apenas o uso indireto dos recursos, razão pela qual dever-se-ia alterar a destinação específica da unidade.

25. Considerando as disposições da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso.

- () As medidas de adaptação são aquelas que buscam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- () As emissões são os processos ou atividades que liberem na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- () Um sumidouro é um processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

A sequência correta é:

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.
- e) F – V – V.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

26. São tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.

d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança.

e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

27. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, julgue os itens a seguir.

- I. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é meta disposta pela Agenda 2030, de modo que por “pobreza extrema” compreende-se pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
- II. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um plano global de ações composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, construído após intensa consulta pública mundial com grande foco nas pessoas mais vulneráveis.
- III. Uma das preocupações da Agenda 2030 é acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

28. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, julgue a alternativa incorreta.

- a) Apesar de sua relevância junto ao Sistema Interamericano, tal Convenção tem natureza supralegal junto ao ordenamento jurídico brasileiro
- b) O Pacto aduz que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, que deverá ser protegida desde o momento da concepção, de modo que ninguém poderá ser privado da vida de modo arbitrário.
- c) Sobre a finalidade essencial das penas privativas da liberdade, essas devem pretender a compensação do dano proporcionalmente à ofensa sofrida e a readaptação social dos condenados.
- d) A Convenção já prevê, como garantia judicial do acusado, que sua confissão só será válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
- e) Estado-Parte que sofra emergência que ameace sua independência ou segurança poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção, desde que não englobem, dentre outros, direitos políticos.

29. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Caso Maria e outros
- b) Caso Sales Pimenta
- c) Caso Ximenes Lopes
- d) Caso Honorato e outros
- e) Caso dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes

30. Pedro, empresário de 33 anos, ficou em coma na sequência de um grave acidente de carro. Diante da incerteza quanto a sua recuperação, seu irmão e sócio, Luiz, pediu sua curatela para poder dar continuidade aos negócios da empresa. Ao longo do processo de reabilitação, Pedro recuperou a consciência, restando sequelas na área motora que passaram a ser tratadas com fisioterapia. Para facilitar seus atos cotidianos, Pedro pensa em optar pela tomada de decisão apoiada.

Sobre essa situação e de acordo com a legislação que trata dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que

- a) Enquanto curador de Pedro, Luiz poderia fazer fotos e vídeos e postar na rede social do irmão para registrar sua recuperação.
- b) Como Pedro ainda terá de passar por fisioterapia, Luiz deverá continuar como seu curador tendo em vista seu capacitismo.
- c) Uma vez que recuperou sua capacidade de exprimir a vontade, Pedro poderá eleger seus apoiadores por meio do processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Para o início de sua recuperação, Pedro soube que deverá providenciar novas vias de alguns de seus documentos oficiais, razão pela qual deverá manter-se curatelado.
- e) Em razão da extensão do termo de curatela, Luiz sempre poderá opinar quanto aos tratamentos e procedimentos que Pedro vier a realizar para sua habilitação.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Emerson Douglas*

31. As carreiras dos servidores do Ministério Público da União (MPU) são organizadas pela lei federal 13.316/2016. Sobre esse tema, marque a assertiva certa.

- a) A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento ou em programa de capacitação.
- b) Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, de acordo com os critérios fixados em regulamento e com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- c) O servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da carreira deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano, não podendo ser removido nesse período.
- d) Se autorizada pelo Procurador-Geral da República, será permitida a movimentação de servidores, por permuta ou remoção, entre o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) Aos servidores do Ministério Público da União cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança será conferida a denominação de Delegado e Agente de Segurança Institucional, para fins de identificação funcional, nos termos do regulamento.

32. Responda a questão em tela tendo como paradigma a Portaria PGR/MPU 98/2017. Essa norma estabelece o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União (MPU). Em seguida, marque a única alternativa correta.

- a) O objetivo do Código de Ética é recrudescer a subjetividade da interpretação de normas éticas, de forma a indicar com maior clareza e objetividade o entendimento da Administração, buscando compatibilizar os valores individuais dos servidores com os valores adotados pelo MPU e pela ESMPU.
- b) Esse Código tem como princípios e valores fundamentais a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a lisura, a eficiência e a transparência.
- c) A Portaria PGR 98/2017 prevê como um compromisso de conduta ética valorizar e promover ambiente de trabalho harmonioso, primando por atitudes neutras de respeito pelas pessoas, a fim de evitar práticas que possam configurar qualquer tipo de assédio ou discriminação, comunicando a ocorrência de eventuais situações às autoridades competentes.
- d) Essa Portaria estabelece o compromisso ético de zelar pela imagem institucional, agindo com cautela em suas manifestações públicas, ressalvado o exercício da livre manifestação do pensamento.
- e) Os integrantes das Comissões Permanentes de Ética serão escolhidos entre servidores públicos estáveis dos quadros de pessoal do MPU e da ESMPU, e designados pelo Procurador-Geral da República.

33. Agora analise esta questão tendo como parâmetro a Portaria PGR/MPU 247/2023, que instituiu o Programa de Integridade do MPU e da ESMPU. Em seguida, marque a única alternativa correta.

- a) O Programa de Integridade do MPU tem como objetivo alentar a difusão dos valores da integridade, da ética pública, da transparência, da conformidade às leis e aos padrões éticos estabelecidos e da prevalência do interesse público.
- b) Cultura de integridade e compliance é o ambiente de valorização da ética pública na estrutura administrativa, permitindo-se o arrefecimento de comportamentos individuais e coletivos favoráveis ao respeito às leis e à probidade, bem como a preponderância do interesse público sobre o interesse particular.
- c) Há nesse programa o eixo de Gestão e Governança, composto de, entre outras, ações de criação de mecanismos que tornem efêmera a cultura de integridade e de compliance, mesmo diante das transições de gestões, de chefias e das movimentações de membros e servidores.
- d) São elementos fundamentais que norteiam o programa de integridade do MPU, entre outros: inovação; sustentabilidade e responsabilidade social; manutenção do status quo; bem como a tempestividade e capacidade de resposta.
- e) Os Comitês de Integridade de cada ramo do MPU reunir-se-ão, em caráter ordinário, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que forem convocados pelo respectivo Coordenador ou solicitado por quaisquer dos seus integrantes.

34. No que diz respeito às prerrogativas, ao estatuto dos membros e outras normas constantes da Lei Complementar 75/1993, assim como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Verifique cada assertiva e marque a única correta.

- a) A LC 75 prevê a prerrogativa institucional dos membros do MPU de se sentarem no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem. No entanto, essa norma foi considerada inconstitucional pelo STF.
- b) É vedado ao membro do Ministério Público da União exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista. Por outro lado, todos os membros do MPU da ativa que ingressaram na carreira antes de 5 de outubro de 1988 podem exercer a advocacia até os dias de hoje.
- c) Trata-se de uma atribuição do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público da União, propor ao Poder Legislativo os projetos de lei sobre o MPU.
- d) O Conselho Superior de cada ramo do MPU deverá decidir, atendendo à necessidade do serviço, sobre remoção a pedido ou por permuta dos respectivos membros ministeriais.
- e) Revelação de assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da justiça, é motivo para que seja aplicada, no máximo, a sanção de suspensão ao membro do MPU.

35. No que concerne às diversas normas constantes da Lei Complementar 75/1993 referentes aos órgãos do MPU e suas competências, marque a única alternativa certa de acordo com o que preconiza essa lei.

- a) O uso de vestes talares pelos membros do MPU é uma prerrogativa institucional que deve constar da carteira de identidade especial, de acordo com modelo aprovado pelo Procurador-Geral da República e por ele expedida.
- b) Compete ao Colégio de Procuradores da República elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista tríplice para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos na carreira, tendo mais de 35 anos de idade.
- c) Uma competência do Colégio de Procuradores do Trabalho é elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento dos membros do MPT.
- d) A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar deve se manifestar sobre o arquivamento de inquérito policial militar, inclusive nos casos de competência originária do Procurador-Geral da Justiça Militar.
- e) Cada uma das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT possui competência para decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos desse ramo. Mas cabe recurso ao Procurador-Geral de Justiça, como Chefe do MPDFT.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

36. Se uma entidade governamental transferir a um particular a execução de serviços públicos, por meio de um contrato, estará ocorrendo a denominada:

- a) outorga por desconcentração;
- b) delegação por descentralização;
- c) territorialização por desconcentração;
- d) delegação por desconcentração;
- e) outorga por descentralização.

37. Sobre os poderes da administração pública, escolha a alternativa correta:

- a) O poder regulamentar é a atribuição dada à administração pública para editar normas gerais que complementem leis, garantindo sua aplicação eficaz;
- b) O poder hierárquico está relacionado à estrutura administrativa, permitindo a existência de relações de subordinação entre diversas entidades jurídicas e entre os Poderes da República;
- c) O poder disciplinar é o meio utilizado para investigar e punir exclusivamente infrações cometidas por servidores públicos;
- d) O poder de polícia refere-se à obrigação do Estado de limitar direitos individuais em benefício do interesse coletivo;
- e) De maneira mais ampla, o poder de polícia abrange todas as ações restritivas do Estado sobre direitos individuais, sendo também conhecido como polícia administrativa.

38. A convalidação de um ato administrativo consiste no procedimento adotado pela Administração Pública para:

- a) anular atos administrativos que apresentem vício de legalidade, com base na prerrogativa da autotutela, que permite ao agente público revisar seus próprios atos para garantir conformidade com a legislação;
- b) revogar atos administrativos que possuam vícios em seu conteúdo substancial, por razões de conveniência e oportunidade, fundamentando-se na prerrogativa da discricionariedade, que concede ao agente público a capacidade de rever suas decisões;
- c) corrigir atos administrativos que, embora sem vícios, necessitam ser ajustados para atingir de maneira mais eficaz os objetivos públicos a que se destinam, em conformidade com o princípio da eficiência;
- d) corrigir atos administrativos com quaisquer defeitos, com a finalidade de validá-los integralmente, gerando efeitos a partir do momento da ratificação, ou seja, de forma *ex nunc*;
- e) validar atos administrativos com vícios passíveis de correção, confirmando-os total ou parcialmente, gerando efeitos retroativos ao momento de sua prática inicial, ou seja, de forma *ex tunc*.

39. A abordagem constitucional sobre a responsabilidade civil do Estado estabelece que:

- a) As pessoas jurídicas de direito público, assim como as de direito privado que prestam serviços públicos, são responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros por seus agentes, atuando nessa condição, sem a necessidade de comprovação de dolo ou culpa.
- b) As pessoas jurídicas de direito público, bem como as de direito privado que prestam serviço público, devem responder pelos danos provocados por seus agentes no exercício de suas funções, exigindo-se a comprovação de dolo ou culpa.

c) Somente as entidades de direito público possuem responsabilidade pelos danos causados a terceiros por seus agentes quando atuam nessa condição, sendo indispensável demonstrar a existência de dolo ou culpa.

d) Apenas as pessoas jurídicas de direito público devem reparar os prejuízos gerados a terceiros por seus agentes no desempenho de suas atividades, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável quando houver dolo ou culpa.

e) A responsabilidade recai exclusivamente sobre as entidades da administração direta e indireta pelos danos ocasionados por seus agentes no exercício de suas funções, sendo garantida a possibilidade de ação regressiva nos casos em que se comprove dolo ou culpa.

40. A fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas, na função de órgão auxiliar do controle externo sob responsabilidade do Poder Legislativo, abrange, conforme previsto na Constituição Federal:

- a) A verificação da legalidade dos atos relacionados à admissão de servidores na Administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargos em comissão.
 - b) A análise das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, assim como das melhorias posteriores, mesmo que não modifiquem o fundamento legal do ato original.
 - c) A supervisão dos recursos transferidos para entidades privadas por meio de convênios, acordos ou instrumentos similares, salvo nos casos em que a instituição não possua finalidade lucrativa.
 - d) O exame dos contratos firmados pela Administração direta e indireta, com exceção daqueles que resultem de um regular processo licitatório.
 - e) A apreciação das contas prestadas pelos gestores das entidades pertencentes à Administração direta e indireta, bem como daqueles responsáveis por qualquer irregularidade que cause prejuízo ao erário público.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I*Júlia Branco*

41. O Ministério Público da União (MPU) pretende contratar serviços de publicidade por meio de agências de propaganda. No processo licitatório, a comissão decidiu incluir, no objeto do contrato, atividades de assessoria de imprensa e produção de eventos institucionais. De acordo com a Lei nº 12.232/2010, tal decisão é:

- a) válida, desde que tais atividades estejam vinculadas às ações de publicidade previstas no contrato.
- b) permitida, desde que aprovada pela subcomissão técnica e publicada no instrumento convocatório.
- c) vedada, pois essas atividades não são abrangidas pelos serviços de publicidade previstos na lei.
- d) admissível, desde que o valor do contrato seja inferior ao limite previsto na Lei nº 8.666/1993.
- e) possível, desde que justificada por meio de parecer jurídico prévio da assessoria do MPU.

42. Em um processo conduzido pelo MPU, a comissão licitante recebeu proposta técnica com marca d'água discreta da agência proponente na via não identificada. De acordo com a Lei nº 12.232/2010, a consequência correta é:

- a) desclassificação automática da proposta.
- b) solicitação de nova proposta sem marca para fins de regularização.
- c) atribuição de nota zero no quesito criativo, mantendo os demais válidos.
- d) desconsideração da via não identificada e uso apenas da identificada.
- e) aceitação da proposta, desde que a identificação não influencie o julgamento.

43. O MPU pretende contratar duas agências de propaganda para uma mesma campanha publicitária, sem separação de itens ou contas. Segundo a Lei nº 12.232/2010, essa prática:

- a) é vedada, pois viola o princípio da exclusividade da contratação.
- b) só é permitida se cada agência for responsável por uma mídia distinta.
- c) é admitida, desde que haja justificativa formal no processo de licitação.
- d) é obrigatória quando a campanha superar o valor de 10 vezes o limite da Lei nº 8.666/1993.
- e) requer autorização prévia do Tribunal de Contas da União.

44. O MPU lançou edital para contratar agência de propaganda. Durante a fase de habilitação, o órgão exigiu que todas as agências apresentassem os documentos de habilitação já na fase inicial do processo. Com base na Lei nº 12.232/2010, tal exigência:

- a) é compatível com o princípio da ampla concorrência.
- b) é obrigatória quando a licitação adota a modalidade concorrência.
- c) é indevida, pois a apresentação da documentação deve ocorrer somente após o julgamento final.
- d) é válida se a previsão constar expressamente do edital.
- e) está correta, desde que não haja restrições técnicas às proponentes.

45. Na fase de execução do contrato firmado entre o MPU e a agência de publicidade contratada, os relatórios de veiculação apresentados à administração devem ser acompanhados de:

- a) parecer técnico da subcomissão técnica que julgou a licitação.
- b) relatório assinado pelo gestor do contrato.
- c) declaração de responsabilidade fiscal da agência contratada.
- d) relatório de checagem de veiculação, preferencialmente por empresa independente.
- e) homologação dos pedidos de inserção por servidor efetivo do MPU.

46. A respeito das práticas de publicidade em ambientes digitais, especialmente nas redes sociais, considere a seguinte situação:

Um influenciador digital, contratado por uma marca de cosméticos, publica um vídeo no Instagram promovendo os produtos da empresa. No entanto, ele não informa de forma clara que o conteúdo é fruto de uma parceria paga. Essa prática, segundo os princípios do Código de Defesa do Consumidor e orientações do Conar, pode ser considerada:

- a) lícita, desde que o influenciador declare o patrocínio em outra postagem.
- b) uma infração ética, mas não configura publicidade enganosa ou abusiva.
- c) uma forma de publicidade velada, que viola o princípio da identificação clara do conteúdo publicitário.
- d) aceitável, desde que o conteúdo seja coerente com a imagem pública do influenciador.
- e) irrelevante juridicamente, pois a responsabilidade recai apenas sobre o anunciante.

47. Uma campanha digital do governo federal, voltada à conscientização sobre vacinação infantil, utilizou influenciadores mirins e vídeos no TikTok com desafios interativos. Considerando a regulação da publicidade voltada ao público infantojuvenil no Brasil, essa estratégia:

- a) é vedada, pois o uso de influenciadores com menos de 18 anos em campanhas governamentais é ilegal.
- b) é compatível com os princípios constitucionais, desde que não configure exploração comercial da imagem de menores.
- c) é permitida, mas exige autorização judicial prévia e anuência do Ministério Público.
- d) viola o Conar, por se tratar de comunicação persuasiva direcionada a crianças.
- e) é legal apenas se os vídeos forem produzidos por emissoras com concessão pública.

48. Durante uma crise institucional, o MPU opta por centralizar a comunicação com a imprensa em sua assessoria de comunicação. De acordo com os princípios éticos e técnicos da assessoria de imprensa, essa estratégia:

- a) representa violação ao princípio da liberdade de imprensa ao limitar o acesso dos veículos de comunicação.
- b) está em desacordo com o Manual da FENAJ, que exige múltiplas fontes dentro da instituição para garantir pluralidade.
- c) é adequada, desde que pautada pela transparência, pela preparação das fontes e pela pronta resposta aos jornalistas.
- d) deve ser evitada, pois retira da assessoria de imprensa o papel de mediadora neutra.
- e) só é lícita se aprovada pelo Conselho Nacional de Comunicação Social do Ministério Público.

49. O MPU contratou um jornalista para atuar exclusivamente como assessor de imprensa. Contudo, o profissional passou a realizar, cumulativamente, funções típicas de publicidade institucional. De acordo com o Manual da FENAJ e a legislação profissional:

- a) a acumulação é legal desde que prevista em contrato específico com anuência da entidade sindical.
- b) é permitida, desde que o profissional possua registro também como publicitário.
- c) caracteriza exercício irregular da profissão, pois a assessoria de imprensa deve ser função exclusiva do jornalista.
- d) é aceitável, desde que não haja conflito de interesse entre os conteúdos produzidos.
- e) pode ocorrer sem prejuízo ético, pois as funções são complementares.

50. Em avaliação de desempenho da assessoria de imprensa do MPU, identificou-se que a maioria das matérias espontâneas veiculadas continham apenas trechos de releases enviados, sem entrevistas ou aprofundamento. Essa situação, do ponto de vista técnico e ético:

- a) representa eficiência comunicacional, pois garante ampla visibilidade institucional.
- b) indica excesso de controle da pauta, o que fere a independência jornalística e a credibilidade da mídia espontânea.
- c) revela atuação parcial da imprensa, não da assessoria.
- d) configura prática vedada pelo Código de Ética do Jornalista por restringir a apuração.
- e) deve ser mantida como padrão, pois otimiza o tempo da equipe de comunicação.

51. O Ministério Público da União (MPU) inicia um processo de reposicionamento institucional após repercussões negativas de um caso público. Como parte da estratégia, decide criar uma campanha de comunicação institucional multicanal. Com base nos princípios da comunicação organizacional, essa abordagem:

- a) é eficaz apenas se centralizada na alta administração, com controle rígido da narrativa.
- b) deve considerar exclusivamente os públicos internos na primeira etapa, para evitar ruído externo.
- c) precisa ser orientada por diagnóstico situacional, mapeamento de públicos e gestão integrada de canais.
- d) é limitada pela Lei de Acesso à Informação, que restringe campanhas proativas em instituições públicas.
- e) só deve ser adotada após pronunciamento formal do Procurador-Geral da República em cadeia nacional.

52. Em uma reestruturação interna, o MPU decide fundir os setores de publicidade, relações públicas e assessoria de imprensa sob uma única coordenação de comunicação institucional. Essa decisão, segundo os princípios da comunicação integrada:

- a) é inadequada, pois compromete a especialização técnica e fere o Código de Ética dos Jornalistas.
- b) é aceitável apenas se os profissionais forem intercambiáveis entre os setores.
- c) pode gerar ganhos de sinergia e eficiência, desde que preserve as competências específicas de cada área.
- d) deve ser evitada, pois confunde a comunicação interna com a institucional.
- e) exige aprovação prévia do sindicato dos jornalistas por envolver a assessoria de imprensa.

53. Em recente diagnóstico conduzido pelo MPU, identificou-se que, apesar da existência de múltiplos canais de comunicação interna – como newsletters, murais digitais, aplicativos e intranet, a participação ativa dos servidores permanece baixa. Além disso, campanhas de valorização institucional têm gerado níveis de engajamento reduzidos e feedback escasso, mesmo com grande investimento em peças visuais, vídeos institucionais e mensagens motivacionais.

Considerando os fundamentos da comunicação organizacional e suas dimensões simbólica, estratégica e cultural, essa situação pode ser compreendida como:

- a) um reflexo da predominância de uma abordagem comunicacional centrada na transmissão de conteúdos, em detrimento da escuta, da interação significativa e da construção coletiva de sentidos.
- b) um indicativo de que os servidores resistem a ações institucionais por motivos corporativos e sindicais, o que exige maior alinhamento com lideranças intermediárias e órgãos representativos.
- c) uma consequência inevitável da cultura organizacional do serviço público brasileiro, que se caracteriza historicamente por baixa responsividade a campanhas institucionais de cunho simbólico.
- d) um problema típico de instituições de Estado, nas quais a estabilidade funcional e a ausência de metas meritocráticas impedem a criação de vínculos comunicacionais eficazes.
- e) um sintoma de falha técnica no design de campanhas motivacionais, que requer consultorias especializadas em marketing comportamental para aumento da adesão.

54. Uma emissora pública implementa um sistema de IA para selecionar imagens de apoio e títulos de rodapé (GC) em suas reportagens televisivas. O sistema analisa expressões faciais, localização dos personagens e impacto visual dos vídeos para compor o material de forma automática. Essa prática levanta que tipo de preocupação editorial?

- a) Viola o direito autoral do jornalista editor responsável pelas imagens.
- b) Substitui a criatividade humana por critérios objetivos, otimizando a produção.
- c) Envolve risco de enviesamento algorítmico, que pode reforçar estereótipos ou falsear ênfases jornalísticas.
- d) É ineficaz, pois a IA ainda não possui capacidade técnica para lidar com arquivos audiovisuais.
- e) Está em conformidade com o padrão técnico das emissoras públicas, desde que as imagens sejam públicas.

55. O MPU planeja lançar um canal de podcast automatizado, com notícias geradas diariamente por IA com base em dados públicos, relatórios internos e decisões judiciais. As locuções são feitas por vozes sintéticas. Segundo estudos sobre IA no jornalismo, esse formato:

- a) garante maior credibilidade ao dispensar a presença de apresentadores humanos.
- b) deve explicitar que se trata de conteúdo automatizado para não comprometer a confiança do público.
- c) substitui com vantagem os boletins feitos por jornalistas, pois reduz custos e aumenta agilidade.
- d) é vedado para instituições públicas, conforme o Código de Ética do Jornalista.
- e) dispensa supervisão editorial, uma vez que as fontes são oficiais.

56. Uma falha no sistema de IA usado em uma redação de rádio vinculada ao MPU gerou uma notícia incorreta sobre um inquérito sigiloso. A informação foi lida no ar antes da equipe perceber o erro. De acordo com o Código de Ética do Jornalista e os princípios da accountability jornalística:

- a) a responsabilidade é do desenvolvedor do sistema, pois o erro decorreu de falha técnica.
- b) o veículo pode se eximir de responsabilidade se provar que não houve dolo humano.
- c) a responsabilidade é compartilhada entre os editores humanos e a equipe de TI.
- d) a responsabilidade é sempre do jornalista que assina ou divulga a informação, mesmo que automatizada.
- e) não há obrigação de retratação, desde que o erro não tenha causado dano comprovado.

57. Durante a divulgação de uma nova campanha sobre combate à desinformação, o MPU utiliza imagens com forte apelo simbólico, citações indiretas a opositores institucionais e exibe a assinatura visual da Procuradoria-Geral da República em todos os materiais. Segundo os princípios da comunicação pública no Brasil:

- a) a campanha é legítima, pois reafirma a identidade institucional em defesa de causas públicas.
- b) configura propaganda institucional indevida, pois utiliza recursos estéticos e estratégicos típicos do marketing político.
- c) é aceitável, desde que não coincida com períodos eleitorais ou envolva menção direta a candidatos.
- d) expressa o princípio da publicidade administrativa conforme a Constituição.
- e) é legal, mas deve ser aprovada previamente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

58. No relatório de prestação de contas anual, o MPU apresentou gráficos genéricos, linguagem excessivamente técnica e omitiu indicadores de desempenho relacionados a metas não cumpridas.

Do ponto de vista da comunicação pública e da accountability:

- a) a prestação de contas cumpre o princípio da publicidade, não havendo obrigação quanto à linguagem.
- b) há vício formal apenas se houver manipulação deliberada dos dados.
- c) a forma de apresentação compromete o acesso à informação e a efetividade da accountability pública.
- d) o problema pode ser resolvido com o uso de linguagem jurídica mais padronizada.
- e) trata-se de estratégia legítima de proteção da imagem institucional.

59. Em uma tentativa de condensar múltiplas informações no parágrafo inicial de uma reportagem investigativa, um redator escreve o seguinte trecho:

“O escândalo envolvendo o uso irregular de recursos federais em projetos ambientais, revelado por fontes do MPU na última terça-feira, expôs não apenas fragilidades nos mecanismos de controle interno, mas também precipitou, segundo analistas ouvidos pela reportagem, uma crise institucional cuja gravidade ainda não se encontra devidamente dimensionada.”

Com base nos critérios técnicos da estrutura do lead jornalístico e nas boas práticas da redação investigativa, é correto afirmar que o parágrafo:

- a) cumpre com precisão o papel do lead ao condensar os elementos essenciais da notícia de forma sintética e objetiva.
- b) falha ao exceder-se na densidade informacional e na complexidade sintática e, assim, compromete a legibilidade.
- c) apresenta estrutura exemplar do lead resumo, sendo preferível em contextos institucionais e jurídicos.
- d) não atende ao padrão jornalístico por omitir o impacto direto sobre o leitor ou sobre a sociedade.
- e) representa modelo adequado ao jornalismo opinativo, não sendo aplicável à redação factual.

60. Em um boletim de rádio institucional do MPU, o redator afirmou que a instituição “acolheu o recurso extraordinário da defesa e, com isso, declarou a nulidade da sentença de primeiro grau”. No entanto, após revisão, constatou-se que o órgão em questão não tem competência para julgar recursos dessa natureza. No que concerne à precisão terminológica e à responsabilidade jornalística:

- a) o erro é perdoável, pois os ouvintes não esperam tecnicidade jurídica em boletins informativos.
- b) a imprecisão compromete a credibilidade institucional e caracteriza falha grave na apuração e na linguagem jornalística.
- c) o termo “acolher” é genérico e, portanto, adequado ao contexto jornalístico informal.
- d) a responsabilidade pela correção do texto é da área jurídica, e não da redação.
- e) o erro pode ser sanado por meio de glossário explicativo em edições futuras do boletim.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

Orivaldo Júnior

61. Mário, profissional de Relações Públicas em um órgão público, recebeu a orientação de seus superiores para omitir informações importantes de interesse da coletividade, visando proteger a imagem da instituição. Diante dessa situação, e considerando os Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Profissionais de RP, a conduta de Mário é:

- a) Inadequada, pois contraria o princípio ético de prezar pelo diálogo aberto e pela livre circulação de informações, fundamental ao exercício das Relações Públicas.
- b) Adequada, já que cabe ao RP defender os interesses de sua organização acima de tudo, podendo reter informações, caso beneficie a instituição.

c) Adequada, pois não há vedação ética para resguardar informações internas, desde que não violem explicitamente nenhuma lei em vigor.

d) Inadequada, mas apenas se as informações omitidas tiverem relação com violações aos direitos humanos; caso contrário, a ocultação é permitida.

e) Adequada, desde que Mário esteja legalmente credenciado como profissional de RP e aja de acordo com orientações da chefia imediata.

62. Ana, profissional de Relações Públicas em uma empresa, planeja uma campanha de comunicação que inclui divulgar dados não comprovados e possivelmente enganosos para favorecer a imagem da organização. Segundo o Código de Ética dos Profissionais de RP, essa conduta:

a) Viola o Código, que veda expressamente a disseminação de informações falsas ou não comprovadas por fatos.

b) Não afronta o Código, pois o RP tem liberdade para utilizar quaisquer informações em prol de sua organização, desde que não haja comprovação de que sejam falsamente intencionadas.

c) É permitida apenas se Ana acreditar, em boa-fé, na veracidade dos dados, mesmo sem comprovação objetiva disponível.

d) Configura infração ética somente se os dados divulgados forem sabidamente falsos; meras informações não verificadas não são abrangidas pela vedação.

e) Está de acordo com o Código, que prioriza a liberdade de expressão do profissional de RP na condução de campanhas, ainda que os fatos não estejam totalmente confirmados.

63. João é um relações-públicas que atua como consultor autônomo e atende a empresa Alfa. Ele recebe uma proposta para prestar serviços de RP simultaneamente à empresa Beta, concorrente direta de Alfa no mesmo mercado. Considerando as normas éticas que regem as relações com clientes e empregadores, João:

- a) Deverá recusar de imediato, já que o Código proíbe em qualquer hipótese a prestação de serviços profissionais a concorrentes de um cliente atual.
- b) Poderá aceitar o novo cliente livremente, pois não há qualquer restrição no Código de Ética quanto a atender empresas concorrentes ao mesmo tempo.
- c) Somente poderá aceitar atender a empresa concorrente caso obtenha autorização prévia de todas as partes envolvidas, ou seja, de Alfa e de Beta, conforme exceção prevista no Código.
- d) Poderá atender a ambos os clientes concorrentes sem comunicar um ao outro, desde que mantenha sigilo profissional e não compartilhe informações estratégicas entre eles.
- e) Estará agindo eticamente se obtiver aval apenas da empresa Beta (nova cliente), não sendo necessária a anuência da empresa Alfa, por se tratar de compromisso já existente de João com Alfa.

64. Carla, profissional de RP, descobre que um de seus clientes corporativos está envolvido em um ato ilícito grave, cujas consequências podem lesar consumidores. Essa informação chegou a Carla devido ao seu trabalho e está protegida por sigilo profissional. De acordo com o Código de Ética dos Profissionais de RP, Carla deverá:

- a) Divulgar publicamente a informação para proteger os públicos afetados, pois qualquer informação relevante ao interesse coletivo deve suplantar o compromisso de sigilo profissional.
- b) Manter sigilo absoluto, já que o dever de confidencialidade é irrestrito e nenhuma circunstância autoriza o RP a revelar dados prejudiciais ao cliente.

c) Revelar a informação apenas se receber determinação judicial formal, mas nunca por iniciativa própria, em respeito ao dever de lealdade para com o cliente.

d) Compartilhar a informação apenas internamente na empresa do cliente, aconselhando a diretoria a tomar providências, sem comunicar autoridades externas por conta do sigilo ético.

e) Quebrar o sigilo profissional e informar o fato às autoridades competentes, pois se trata de fato delituoso previsto em lei, cuja gravidade exige denúncia mesmo que envolva informação confidencial.

65. Lucas, profissional de Relações Públicas, é procurado por um potencial cliente que ainda está sendo atendido por outro RP. O cliente manifesta insatisfação e interesse em trocar de profissional imediatamente. Nessa situação, segundo as regras éticas relativas às relações com colegas, Lucas:

a) Deve recusar o novo cliente enquanto ele estiver sob atendimento de outro colega, salvo se o colega concordar expressamente com a transferência ou se for comprovado que o atendimento anterior foi encerrado em caráter definitivo.

b) Poderá aceitar o cliente prontamente, pois a escolha do profissional de RP é livre pelo cliente e não há impedimento ético em assumir o atendimento já em curso.

c) Somente poderia atender esse cliente conjuntamente com o outro RP, dividindo as responsabilidades, já que a entrada de um novo profissional sem cooperação do anterior fere a solidariedade de classe.

d) Deverá convencer o cliente a formalizar primeiro o rompimento com o outro profissional e aguardar um intervalo mínimo de 6 meses antes de iniciar o novo atendimento, conforme prevê o Código.

e) Poderá oferecer seus serviços de imediato ao cliente, desde que em condições mais vantajosas, pois o Código de Ética incentiva a livre concorrência leal entre profissionais de RP.

66. A Secretaria-Geral de um governo estadual produziu uma campanha radiofônica de emergência para estimular a adoção imediata de medidas preventivas após um desastre ambiental. O briefing enfatizava que, “ao ouvir o spot, cada cidadão reagirá do mesmo modo e obedecerá prontamente às instruções”. Esse entendimento reflete o pressuposto central da

- a) teoria dos usos e gratificações.
- b) hipótese do agendamento (agenda-setting).
- c) teoria da agulha hipodérmica.
- d) teoria dos efeitos limitados.
- e) modelo do fluxo em duas etapas (two-step flow).

67. Analistas de comunicação de um órgão do MPU estruturaram um plano de mídia respondendo às seguintes questões: Quem? Diz o quê? Por qual meio? A quem? Com que efeito? Esse procedimento baseia-se no modelo formulado por

- a) Harold Lasswell, e tem como foco principal os efeitos pretendidos.
- b) Paul Lazarsfeld, e procura mapear a liderança de opinião.
- c) Marshall McLuhan, e enfatiza a influência do meio sobre a mensagem.
- d) Maxwell McCombs e Donald Shaw, e visa ordenar a agenda pública.
- e) Noelle-Neumann, e busca antecipar momentos de silêncio social.

68. Uma plataforma de streaming permite que cada usuário escolha entre receber push notifications de lançamentos, montar playlists temáticas ou assistir apenas trailers. O relatório final conclui que “o êxito do serviço depende de como o assinante usa o sistema para satisfazer necessidades pessoais de informação, entretenimento ou interação”. Sob a ótica das teorias da comunicação, tal diagnóstico corresponde à

- a) teoria crítica (Escola de Frankfurt).

b) hipótese dos usos e gratificações.

c) teoria funcionalista.

d) teoria da persuasão.

e) hipótese da espiral do silêncio.

69. Durante as sabatinas dos candidatos à Procuradoria-Geral da República, os principais portais noticiosos destacaram repetidamente questões sobre relações pessoais dos postulantes, enquanto silenciaram pautas sobre orçamento do Ministério Público. O fenômeno descrito é conhecido como

- a) gatekeeping interno, típico da Escola de Palo Alto.
- b) disfunção narcotizante, prevista pela teoria funcionalista.
- c) espiral do silêncio, tal como formulada por Noelle-Neumann.
- d) agenda-setting, segundo McCombs & Shaw.
- e) teoria da bala mágica, do Mass Communication Research.

70. Em um grupo de trabalho do MPU, servidores evitam manifestar opinião contrária ao entendimento dominante de que “a comunicação institucional deve ser totalmente centralizada”, mesmo discordando dela. O receio de isolamento social e a consequente autocensura ilustram a lógica explicada pela

- a) teoria dos efeitos limitados.
- b) hipótese da espiral do silêncio.
- c) teoria da persuasão.
- d) hipótese do fluxo em duas etapas.
- e) teoria culturológica.

71. A hipertextualidade permite que a notícia seja apresentada em camadas, com ligações que conduzem o leitor a outras páginas, documentos ou bases de dados, instaurando uma navegação não-linear própria da lógica da Web.

No webjornalismo, o recurso descrito no texto corresponde a uma característica que

- a) dificulta o aprofundamento da apuração, pois dispersa a atenção do leitor.
- b) substitui a multimídia, tornando dispensáveis fotos e vídeos.
- c) viabiliza a construção de percursos informativos personalizados pelo usuário.
- d) impede o cruzamento de fontes, já que limita o uso de links externos.
- e) restringe o alcance global do conteúdo, pois depende de links internos.

72. Entre as potencialidades do webjornalismo destaca-se a possibilidade de personalização, pela qual o usuário define quais editorias, autores ou formatos deseja receber, configurando seu próprio 'jornal sob medida'.

Considerando a personalização nos ambientes noticiosos on-line, assinale a afirmativa correta.

- a) É exclusiva de portais que adotam paywall rígido.
- b) Contraria o princípio de interatividade, pois não há troca de dados com o sistema.
- c) Depende da coleta e análise de dados de navegação dos usuários.
- d) Elimina a necessidade de curadoria editorial humana.
- e) Só se aplica a conteúdos distribuídos por RSS ou newsletter.

73. A Web oferece memória quase infinita: diferentemente dos suportes impressos, o acervo de reportagens pode permanecer acessível indefinidamente, favorecendo a contextualização de fatos presentes.

A dimensão de memória no webjornalismo realiza-se, exceto, por meio

- a) de páginas permanentes (URLs estáveis) associadas às matérias.
- b) de bases de dados pesquisáveis que organizam o acervo por tags.
- c) da efemeridade dos stories, cujo conteúdo expira em 24 h.
- d) de links retroativos que conectam a cobertura atual a reportagens pretéritas.
- e) da disponibilização de cronologias multimídia.

74. No ambiente digital, a interatividade rompe a lógica emissor-receptor unidirecional, permitindo ao público comentar, compartilhar, produzir e mesmo corrigir informações em tempo real.

À luz do trecho, marque a opção que apresenta prática não condizente com a interatividade no webjornalismo.

- a) Moderação de comentários após publicação para remover discursos de ódio.
- b) Uso de enquetes em tempo real durante lives para guiar a pauta da entrevista.
- c) Implementação de mural de recados somente para leitura, sem campo de resposta.
- d) Inserção de botões de compartilhamento em redes sociais.
- e) Solicitação de conteúdo gerado pelo usuário (UGC) para compor galerias de fotos.

75. A instantaneidade é impulsionada pela convergência de dispositivos móveis e conexões de alta velocidade, possibilitando a atualização contínua das notícias e a cobertura minuto a minuto de eventos em desenvolvimento.

Uma consequência direta da instantaneidade para as rotinas de produção jornalística é

- a) a redução da necessidade de checagem, já que o erro pode ser facilmente apagado.
- b) o surgimento de formatos como o *live blogging*, que oferecem fluxos de postagem em tempo real.
- c) o abandono dos boletins de notícias em áudio e vídeo.
- d) a extinção das editoriais clássicas, substituídas por curadoria algorítmica.
- e) a diminuição da relevância das notificações *push* em aplicativos.

76. Em relação à origem do campo de Relações Públicas como atividade profissional, assinale a alternativa correta:

- a) As Relações Públicas surgiram apenas após a metade do século XX, como desdobramento direto das campanhas de marketing do pós-guerra.
- b) O termo “Relações Públicas” foi utilizado primeiramente no Brasil, tendo a profissão sido regulamentada já nos anos 1940 por lei federal específica.
- c) As primeiras práticas reconhecíveis de Relações Públicas datam do início do século XX, quando empresas passaram a atuar estrategicamente para construir boa imagem junto ao público e à imprensa, diferenciando-se das ações puramente publicitárias.
- d) A atividade de Relações Públicas nasceu exclusivamente no âmbito acadêmico, sem aplicação prática inicial, sendo somente mais tarde adotada por organizações e governos.
- e) As Relações Públicas não têm raízes ligadas à propaganda ou ao jornalismo, pois desde sua origem constituem um campo totalmente alheio aos meios de comunicação.

77. Sobre a função social da atividade de Relações Públicas, é correto afirmar que:

- a) Consiste primordialmente em assegurar uma imagem positiva da organização a qualquer custo, mesmo que isso signifique restringir ou ocultar informações do público.
- b) É voltada unicamente para atender aos interesses do cliente ou da organização, não possuindo obrigações em relação ao interesse público ou à sociedade em geral.
- c) Envolve o compromisso com a democratização da informação e o incentivo ao diálogo entre instituições e sociedade, promovendo transparência, participação e entendimento mútuo.
- d) Restringe-se à comunicação interna, ou seja, à harmonização das relações entre a organização e seus empregados, sem impacto na esfera pública mais ampla.
- e) Baseia-se na utilização de técnicas de persuasão subliminar para moldar inconscientemente o comportamento das massas em prol dos objetivos institucionais.

78. No que se refere às distinções entre Relações Públicas e outras áreas da Comunicação, assinale a alternativa correta:

- a) Diferentemente da publicidade, que foca na promoção de produtos e serviços por meio de mídia paga, as Relações Públicas buscam construir relacionamentos de longo prazo e confiança com os públicos, muitas vezes utilizando canais não pagos e diálogos institucionais.
- b) Relações Públicas e Marketing são sinônimos; ambas as áreas têm como objetivo principal aumentar vendas imediatas, não havendo diferenças significativas de atuação entre o profissional de RP e o de marketing.
- c) A atividade de assessoria de imprensa (ou comunicação corporativa) é idêntica à de Relações Públicas, pois ambas se limitam à divulgação de releases positivos na mídia.
- d) Enquanto o Jornalismo se dedica exclusivamente à promoção da imagem de instituições privadas, as Relações Públicas têm compromisso único com o interesse público, sem atender a objetivos organizacionais.
- e) Na prática organizacional, as Relações Públicas não se distinguem da publicidade ou do Jornalismo, já que todas essas funções comunicacionais se resumem à transmissão unidirecional de mensagens ao público-alvo.

79. Acerca dos modelos teóricos de atuação profissional em Relações Públicas, segundo a classificação clássica de Grunig e Hunt, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) No modelo de **Agente de Imprensa** (press agency), o profissional de RP preocupa-se em fornecer informação precisa e imparcial aos públicos, evitando qualquer tipo de propaganda ou exagero.
- b) O modelo de **Informação Pública** caracteriza-se pela comunicação unidirecional: a organização divulga informações de interesse público de forma transparente, porém sem buscar o retorno ou feedback dos públicos.
- c) O modelo **Assimétrico de Duas Mãos** (bidirecional assimétrico) busca equilibrar o poder de influência entre a organização e seus públicos, visando não só persuadir o público como também adaptar igualmente as políticas da organização às demandas externas.
- d) No modelo **Simétrico de Duas Mãos** (bidirecional simétrico), a comunicação organizacional busca a compreensão mútua por meio do diálogo, havendo disposição tanto da organização quanto dos públicos em ajustar comportamentos e políticas com base no feedback obtido.
- e) Os **quatro modelos de Relações Públicas** propostos teoricamente (agente de imprensa, informação pública, bidirecional assimétrico e bidirecional simétrico) são excludentes na prática, de forma que uma organização real adota apenas um deles e nunca uma combinação de abordagens.

80. Considerando as dimensões técnica, simbólica e política da atividade de Relações Públicas, assinale a alternativa correta:

- a) A **dimensão técnica** das Relações Públicas diz respeito às habilidades operacionais do profissional – como redação, organização de eventos, gestão de canais de comunicação – necessárias para executar as estratégias de comunicação planejadas.
 - b) A **dimensão simbólica** refere-se ao papel das Relações Públicas na construção de significados, imagens e identidades para a organização, gerenciando símbolos, valores e a reputação institucional perante os públicos.
 - c) A **dimensão política** envolve a atuação das Relações Públicas na mediação de interesses entre a organização e seus diversos públicos, bem como sua participação nos processos de debate público e na defesa de princípios democráticos, como a transparência e o diálogo social.
 - d) As alternativas A, B e C definem corretamente, cada uma, uma das dimensões (técnica, simbólica ou política) das Relações Públicas.
 - e) As dimensões técnica, simbólica e política operam de forma independente na prática de Relações Públicas, de modo que a excelência profissional exige foco exclusivo na dimensão técnica, cabendo às outras duas apenas papel teórico.
-

Discursiva

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
